



ICM

Índice de Concorrência dos Municípios

**Secretaria de Advocacia da Concorrência
e Competitividade (SEAE)**

**Secretaria Especial de
Produtividade, Emprego e
Competitividade (SEPEC)**

Ministério da Economia



SECRETARIA ESPECIAL DE
PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



▶ **1. A Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade**

2. O Índice de Concorrência dos Municípios

3. Fase 1

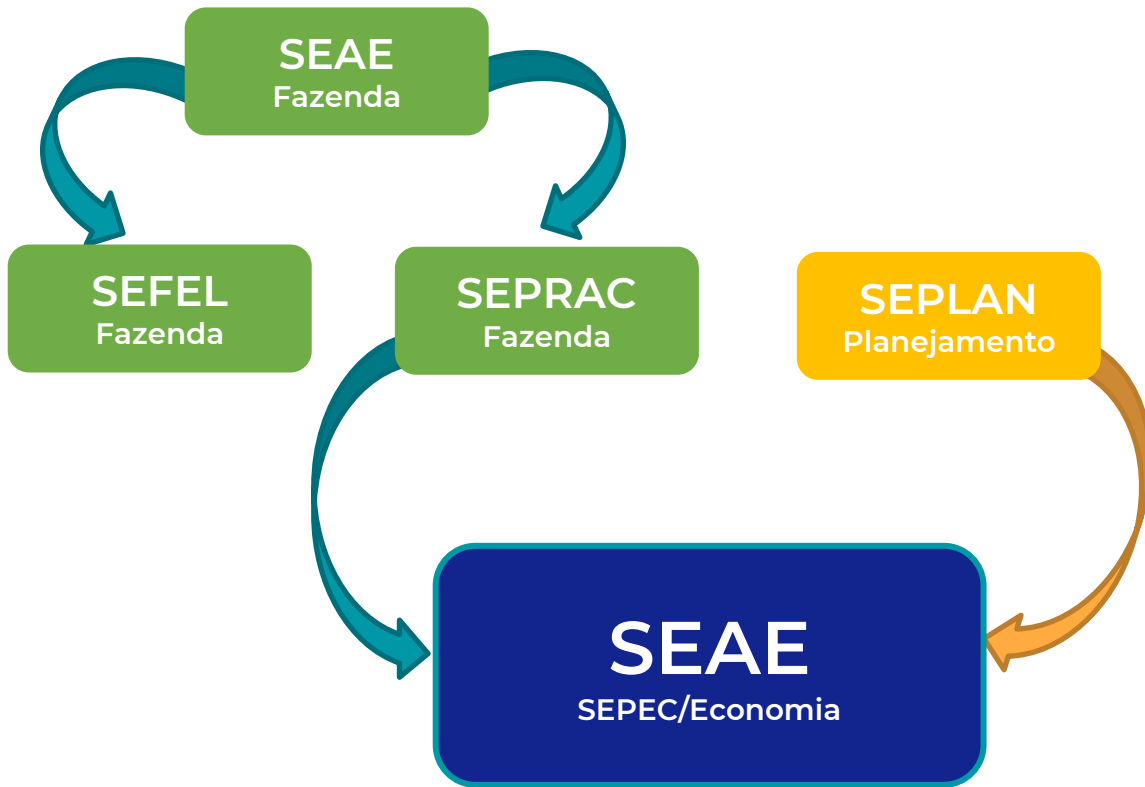
4. Perguntas Frequentes

5. Anexo



A NOVA SEAE

HISTÓRICO INSTITUCIONAL DA NOVA SEAE



A atual **SEAE** resultou da fusão da Seprac (Secretaria de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência) do extinto Ministério da Fazenda, e da parte da Seplan (Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos) do extinto Ministério do Planejamento

Note-se que a Seprac é a sucessora da extinta Secretaria de Acompanhamento Econômico, a qual confere até hoje o acrônimo (SEAE) e competências da Lei do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência

ATUAÇÃO DA SEAE

ATRAVÉS DA LEI DO SBDC E DO DECRETO DO ME A UMA ATUAÇÃO TRANSVERSAL E MULTISSETORIAL

SEAE

SEPEC/Economia

A **SEAE** promove a **CONCORRÊNCIA** e a **COMPETITIVIDADE** em distintos setores e funções.



- 1 Lei do Sistema Brasileiro de
- 2 Defesa de Concorrência
- 3



Decreto de Estrutura do Ministério da Economia

Conferem competências para **ATUAÇÃO NACIONAL**

EXEMPLOS DE ÁREAS DE ATUAÇÃO:



Saúde



Comércio Exterior



Setor Financeiro



Energia



Telecom



Mineração



Advocacy



Boas Práticas Regulatórias



Ambiente de Negócios

A SEAE baseia sua agenda nos melhores índices de concorrência internacionais

Fórum Econômico Mundial:
Global Competitiveness Index



Índice anual de classificação publicado pelo Fórum Econômico Mundial que mede a **competitividade entre os países**

Instituto Fraser: *Economic Freedom of the World*



Avalia as dimensões de **tamanho do governo, sistema legal e de direito à propriedade, qualidade dos recursos financeiros, liberdade de comércio internacional e regulação**

OCDE: *Indicadores de Product Market Regulation (PMR)*



Mede a **qualidade regulatória** de **bens e serviços** com foco em **promoção da competitividade**. Fornece **insumo** para **construção de políticas regulatórias** seguindo **padrões consagrados** entre **países da OCDE**

Banco Mundial:
Ease of Doing Business



Mede, analisa e compara as **regulamentações aplicáveis às empresas e o seu cumprimento** em 190 economias e cidades selecionadas nos níveis subnacional e regional.

1. A Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade

▶ **2. O Índice de Concorrência dos Municípios**

3. Fase 1

4. Perguntas Frequentes

5. Anexo



Para garantir a melhoria do ambiente de negócios de forma holística por todo o Brasil a SEAE desenvolveu o Índice de Concorrência dos Municípios

Objetivos



Índice de Concorrência dos Municípios

- ✓ Possibilitará uma avaliação **sistemática, contínua e estruturada do ambiente de negócios dos municípios brasileiros**
- ✓ Permitirá o desenvolvimento de **estudos e programas relacionados à disseminação de boas práticas e melhoria regulatória e concorrencial**
- ✓ Será **amplo** e de **alcance municipal** identificando as necessidades e peculiaridades de cada município



Transparência nos Dados



Input para Políticas Públicas



Recorrente no Tempo



Alcance Nacional



Melhores Práticas Globais



Incentivo à Melhoria Institucional

O Índice tem por objetivo melhorar o ambiente concorrencial nos municípios brasileiros com a disseminação de boas práticas

Objetivos



Índice de Concorrência dos Municípios



Concorrência

O índice busca promover a concorrência **entre os atores privados no município**, ao disseminar práticas que diminuem a burocracia e os custos de se fazer negócio no município



Menos burocracia



Menos custos



Diminuição de GAPs Nacionais

Atualmente há um GAP muito grande **entre o Governo Federal e os Municípios** e **entre os próprios Municípios**

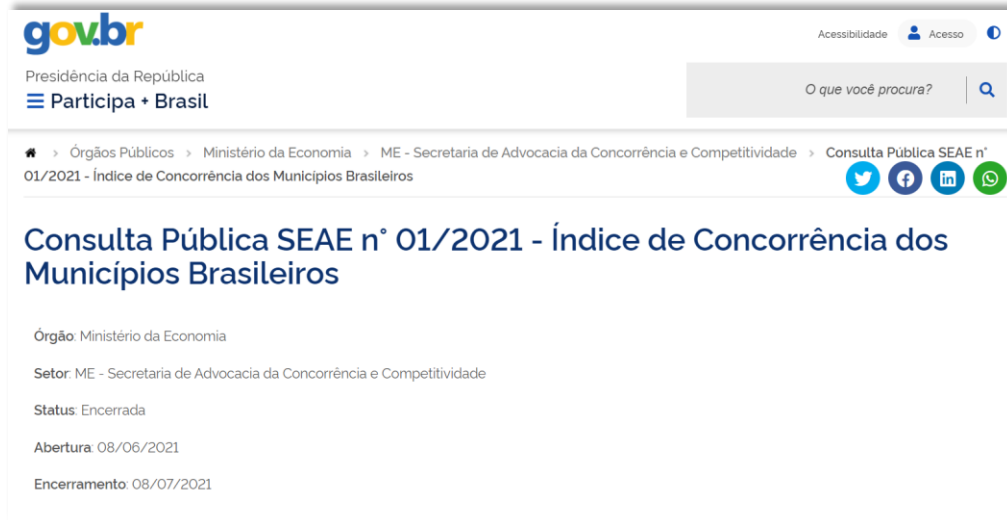


Disseminação de Boas Práticas



Incentivo à Melhoria Institucional

Para formulação do indicador a SEAE realizou Consulta Pública e uma Fase Piloto que deram origem a importantes resultados e contribuições



Durante a consulta pública, **setor público e privado puderam contribuir e sugerir ajustes à proposta.**

Contribuíram ativamente:



Na Fase Piloto **15 municípios, representando todas as regiões do país, e entidades convidadas**, puderam analisar cada um dos critérios avaliados, bem como avaliar a operacionalização do Índice.

No decorrer dos encontros, **foram sugeridas alterações e inclusões aos questionários de forma a tangibilizar ainda mais os objetivos do indicador**

Municípios participantes: Porto Alegre/RS; Santa Maria/RS; Pelotas/RS; Maringá/PR; Mogi das Cruzes/SP; Birigui/SP; Itanhaém/SP; Colatina/ES; Aparecida de Goiânia/GO; Salvador/BA; Maceió/AL; Recife/PE; Campina Grande/PB; Boa Vista/RR; e Rio Branco/AC

✓ O que é o ICM

- Estudo da SEAE que acompanhará **anualmente a qualidade regulatória e concorrencial dos municípios;**
 - **Instrumento de atração a investimento estrangeiro e promoção de políticas públicas lideradas pelo Ministério da Economia;**
 - **Índice que permitirá que as melhores práticas possam ser compartilhadas e adaptadas** pelos demais municípios brasileiros.
-

✗ O que não é o ICM

- **Ferramenta punitiva para os gestores municipais;**
 - **Instrumento de competição entre os municípios;**
 - **Ranking que não leva em consideração as singularidades de cada município**
-

O Índice será composto por 9 capítulos estruturados em 3 eixos principais, permitindo uma avaliação completa do ambiente de negócios municipal



Eixo I - Acessando o Mercado Local

- ▶ O acesso ao mercado local é a **base fundamental para que novos entrantes possam desenvolver e prosperar seus negócios**, dinamizando a economia e gerando emprego e renda.
- ▶ **O Eixo I está dividido em três capítulos** nos quais serão abordadas questões como abertura de negócios, alvarás de funcionamento, infraestrutura local, zoneamento urbano, etc.



Eixo II - Competindo com Agentes já Estabelecidos

- ▶ O segundo eixo trata de **características locais da Competição com agentes já Estabelecidos, aumentando o número de concorrentes** e, conseqüentemente, melhorando alocação de recursos e pessoas na economia.
- ▶ **O Eixo II está dividido em três capítulos** e abrange a Lei de Liberdade Econômica, aspectos regulatórios da produtividade e de serviços públicos e a concorrência em serviços públicos.



Eixo III - Atuando sob um Ordenamento Íntegro e Justo

- ▶ O terceiro eixo trata de questões relativas ao Ordenamento Municipal. **O eixo avalia questões relativas à fiscalizações, sanções, previsibilidade e equidade do ordenamento jurídico, bem como aspectos licitatórios e tributários.**
- ▶ **O Eixo III está dividido em três capítulos** e avalia boas práticas jurídicas e a equidade de tratamento entre os regulados, garantindo parâmetros iguais para competição entre os atores

A pontuação do Índice variará de 0 a 100 pontos. Cada capítulo valerá 10 pontos, totalizando 90 pontos. Os 10 pontos restantes serão compostos por questões macroeconômicas extraídas de índices oficiais. O detalhamento completo da pontuação será apresentado quando da divulgação dos indicadores macroeconômicos a serem considerados (29/10)



Eixo I - Acessando o Mercado Local



Empreendendo no Município

1

- ▶ O capítulo 1 avalia o **ambiente regulatório municipal** no constante à **abertura de empreendimentos** e o **tratamento econômico** que se é dado a esses estabelecimentos **após a abertura**
- ▶ Iniciativas como **integração à REDESIM, a racionalização da burocracia e transparência** são analisadas



Competitividade do Município

2

- ▶ O capítulo 2 avalia a **infraestrutura e logística dos municípios, além do uso eficiente do solo para garantir um ambiente de negócios justo e competitivo**
- ▶ Questões como **sistema viário, vias de pedestres, transporte coletivo, conectividade, e direito de propriedade** são tratadas nesse capítulo



Construindo no Município

3

- ▶ O capítulo 3 avalia **os procedimentos necessários para licenciamento de obras e reformas** dos municípios, tendo por base a estrutura legislativa no tocante às construções, manutenções e reformas de empreendimentos
- ▶ **Boas práticas foram identificadas e são tratadas nas questões** trazidas nesse capítulo



Eixo II – Competindo com Agentes já estabelecidos



Qualidade da Regulação Urbanística

4

- ▶ O capítulo 4 avalia o **qualidade da regulação urbanística** dos municípios, tendo por base a estrutura legislativa e fiscalizatória dos mesmos
- ▶ Nesse capítulo, trata-se do **acesso e transparência** dos procedimentos necessários aos **licenciamento urbanístico**, enfatizando a competitividade da regulação



Liberdade Econômica

5

- ▶ O capítulo 5 avalia, dentre outras coisas, **a adesão dos municípios aos princípios trazidos pela Lei de Liberdade Econômica** (Lei 13.874/2019)
- ▶ **Classificação de risco, isonomia, inovação, presunção de boa fé, consolidação regulatória e restrições**, são alguns dos pontos avaliados neste capítulo



Concorrência em Serviços Públicos

6

- ▶ O capítulo 6 avalia **a qualidade da concorrência nos serviços públicos realizados dentro dos municípios**
- ▶ Serviços como recolhimento de resíduos sólidos, limpeza urbana, funerários, iluminação pública, e educação são **avaliados no tocante à competitividade que existe no município**



Eixo III – Atuando sob um Ordenamento Íntegro e Justo



Segurança Jurídica

7

- ▶ O capítulo 7 avalia o **ambiente regulatório municipal** no tocante ao **poder fiscalizatório dos municípios** visando garantir o **tratamento justo e isonômico entre os agentes**
- ▶ Além das fiscalizações, **são abordadas a previsibilidade e a equidade do poder fiscalizatório dos municípios**



Contratando com o Poder Público

8

- ▶ O capítulo 8 avalia a **qualidade das regulações municipais sobre os procedimentos necessários para realizar concorrências públicas**
- ▶ É analisada a **capacidade do município de garantir a ampla concorrência entre todos os agentes interessados em participar da licitação**

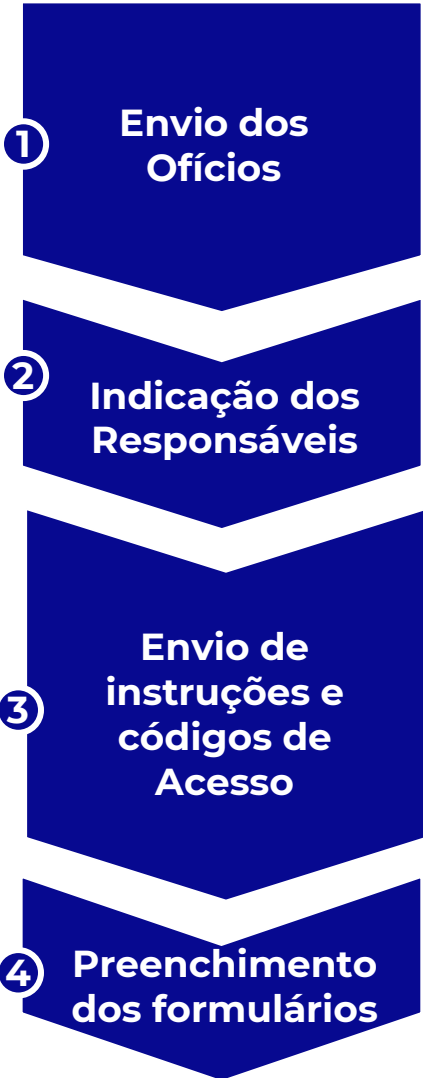


Tributação

9

- ▶ O capítulo 9 avalia a carga tributária dos municípios visando garantir a isonomia entre os diferentes agentes, e evitar o excesso de benefícios tributários
- ▶ **Alguns cases são utilizados para possibilitar uma melhor análise desse capítulo**

A operacionalização do preenchimento dos formulários se dará em 4 etapas para garantir a confiabilidade da identidade dos respondentes



Tarefa

- A SEAE enviará ofício para os Municípios participantes, **pedindo indicações dos responsáveis pelo ICM** no Município
- Deverão ser indicadas, **até duas pessoas**, as quais serão ponto de contato, caso necessário, do Ministério da Economia
- Junto desse ofício, será enviado **Manual contendo informações detalhadas do Índice e todo o questionário a ser respondido**
- **Os municípios terão 2 semanas para indicar os responsáveis pelo Índice**
- Após o envio dos responsáveis pelos municípios, a SEAE enviará por e-mail as **instruções, o link de acesso e código de confirmação do Município**
- Esse código deverá ser **compartilhado APENAS entre as pessoas que irão responder** o índice pelo Município, pois **ele garantirá a identificação das pessoas**
- **Mais de uma pessoa poderá responder o Índice, desde que utilize o código de confirmação correto**
- Os **respondentes preencherão os formulários de cada capítulo** através do site eletrônico <http://gov.br/reg/icm>
- O prazo para preenchimento é de **60 dias** a partir do envio de informações da SEAE.

Operacionalização dos Questionários



Responsável



Prazo

- SEAE/ME

17/09

- Municípios

01/10

- SEAE

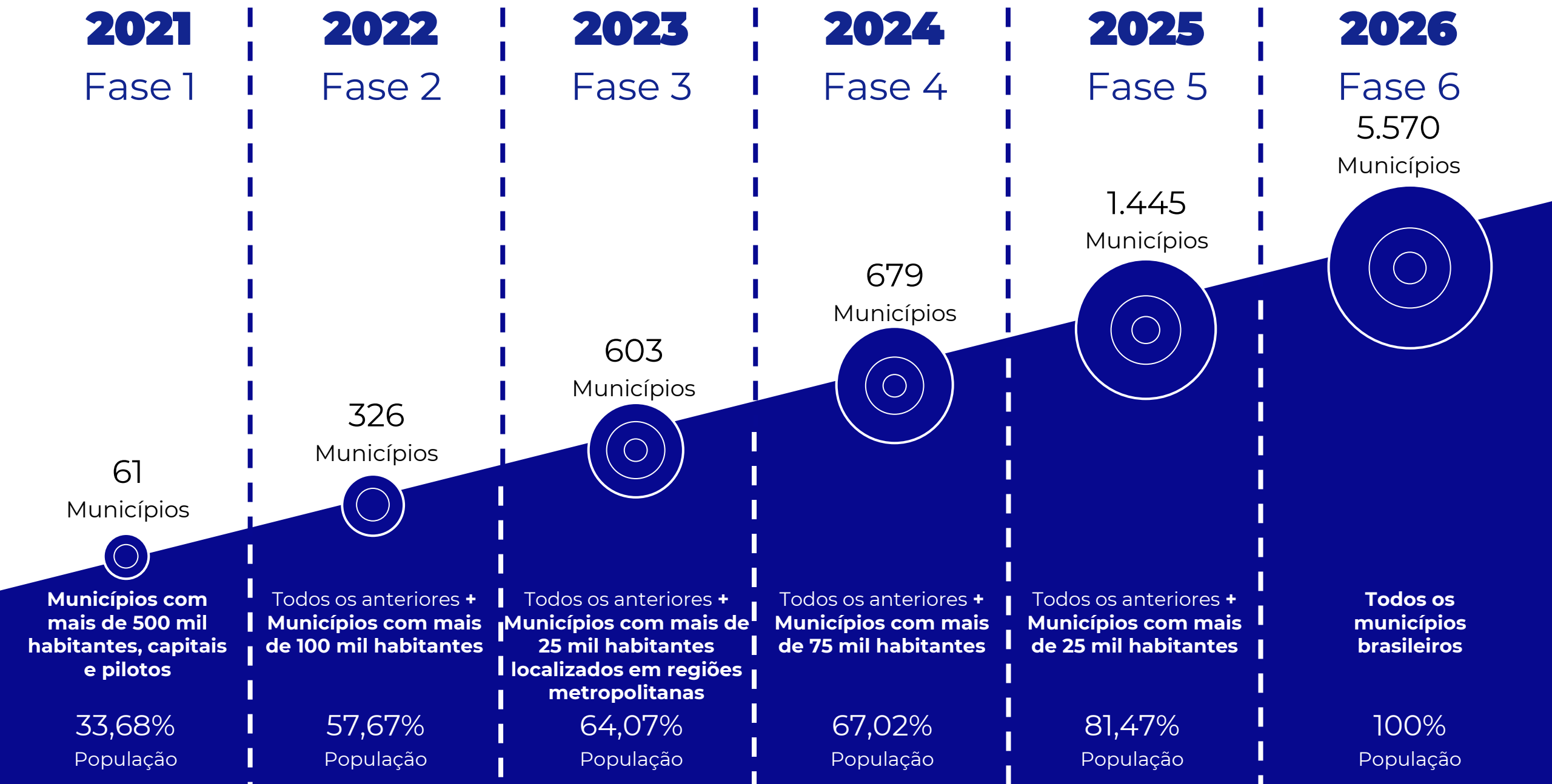
08/10

- Municípios

10/12

Datas
referentes à
Fase 1

Uma vez consolidada a operacionalização do Índice, outras Fases serão iniciadas englobando diferentes municípios



1. A Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade

2. O Índice de Concorrência dos Municípios

▶ **3. Fase 1**

4. Perguntas Frequentes

5. Anexo



A Fase 1 será composta por cidades com mais de 500 mil habitantes, capitais, e os municípios piloto


C Convidados

P Municípios Piloto

 Rio Branco **P**

 Maceió **P**

 Macapá

 Manaus

 Salvador **P**

Feira de Santana

 Fortaleza

 Brasília

 Vitória

Serra

Vila Velha

Colatina **C P**


 Goiânia

Aparecida de Goiânia **P**

 São Luís

 Cuiabá

 Campo Grande

 Belo Horizonte


Contagem

Juiz de Fora

Uberlândia

 Belém

Ananindeua

 João Pessoa

Campina Grande **C P**

 Curitiba


Londrina

Maringá **C P**

 Recife **P**

Jaboatão dos Guararapes

 Teresina

 Rio de Janeiro

Belford Roxo

Campos dos Goytacazes

Duque de Caxias

Niterói

Nova Iguaçu

São Gonçalo

 Natal

 Porto Alegre **P**

Caxias do Sul

Pelotas **C P**

Santa Maria **C P**

 Porto Velho

 Boa Vista **P**

 Florianópolis

Joinville

 São Paulo

Birigui **C P**

Campinas

Guarulhos

Itanhaém **C P**

Mogi das Cruzes **C P**

Osasco

Ribeirão Preto

Santo Andre

São Bernardo

São José dos Campos

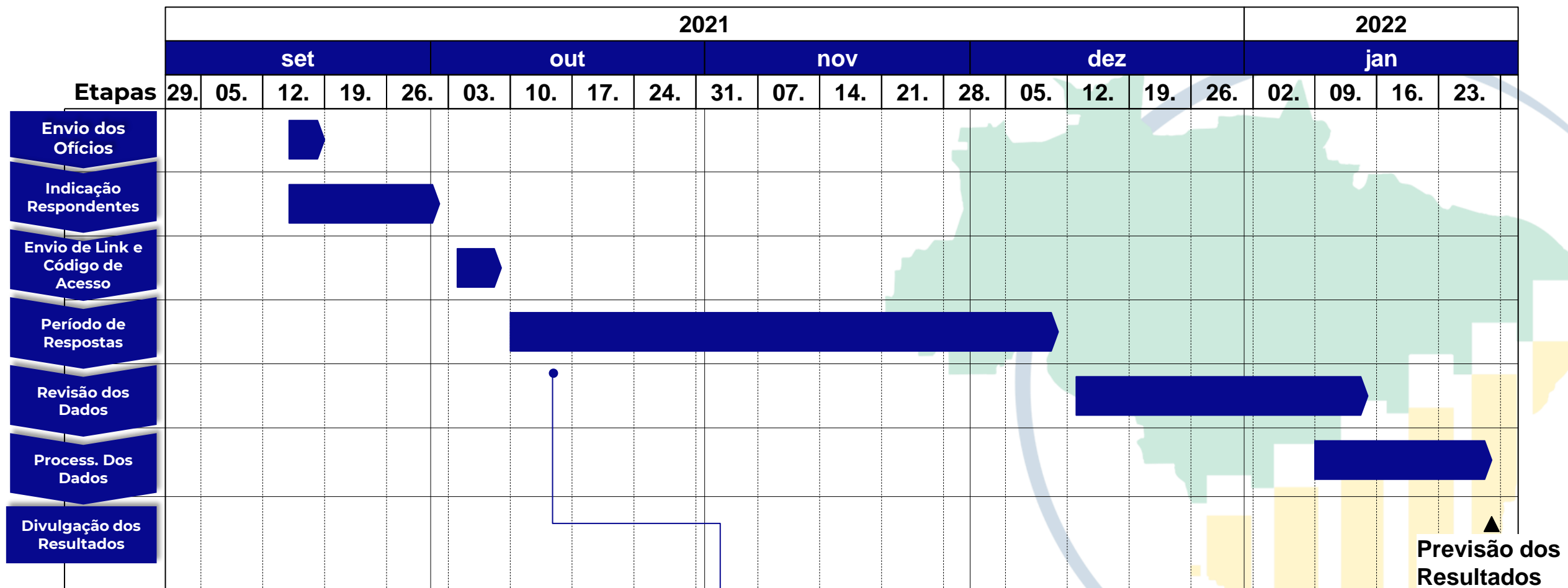
Sorocaba

 Aracaju

 Palmas

Ao todo **61 cidades** farão parte da Fase 1 do Índice de Concorrência dos Municípios, **com ao menos 1 representante por Estado.**

A Fase 1 do ICM iniciará no dia 15/09 e terá a divulgação dos seus resultados em Janeiro/22



Durante todo o Período de Respostas, os municípios poderão entrar em contato com a SEAE/ME através do email: icm@economia.gov.br para esclarecer qualquer dúvida



Datas Importantes da Fase 1



Evento de lançamento

Fase 1 do Índice de Concorrência dos Municípios

15/09

17/09

Envio dos Ofícios
confirmando a participação do município e requisitando dados dos respondentes



Prazo final para indicação dos respondentes dos municípios

01/10

Envio dos Links de acesso ao Formulário dos Questionários e do Código do Município

Também será enviado um Manual para auxiliar o preenchimento



Prazo Final para os municípios completarem os questionários

10/12

Nos meses de Outubro e Novembro de 2021 o Ministério da Economia realizará eventos de divulgação do Índice junto a prefeituras, associações e entidades locais

Checklist Índice de Concorrência dos Municípios – acompanhamento de toda a programação do indicador

Junho/2021:

- ☒ 08/06 - Abertura Consulta Pública

Julho/2021:

- ☒ 05/07 – Abertura Chamada Pública – Fase Piloto

Agosto/2021:

- ☒ 13/08 – Início da Fase Piloto

Setembro/2021:

- ☒ 15/09 – Lançamento da Fase 1
- ☐ 16/09 – Publicação no DOU dos Municípios integrantes da Fase 1
- ☐ 17/09 – Envio dos Ofícios aos Municípios Participantes

Outubro/2021:

- ☐ 01/10 – Prazo Final para indicação, pelos Municípios dos respondents/responsáveis pelo ICM
- ☐ 08/10 – Envio dos Links de acesso aos Formulários e do Manual de Preenchimento

Início da Fase de Preenchimento dos Questionários

- ☐ 20/10 – Abertura do Edital de Parcerias e Cooperações

Dezembro/2021:

- ☐ 10/12 – Fim do prazo de preenchimento dos questionários pelos Municípios
- ☐ 13/12 – Início da Fase de Revisão dos Dados

Janeiro/2021:

- ☐ 09/01 – Processamento dos Dados
- ☐ 30/01 – Previsão inicial de divulgação dos resultados da Fase 1

1. A Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade

2. O Índice de Concorrência dos Municípios

3. Fase 1

▶ **4. Perguntas Frequentes**

5. Anexo



Perguntas frequentes:



O que é o Índice de Concorrência dos Municípios (ICM)?

Trata-se de um estudo da Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade (SEAE), vinculada à Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (SEPEC) do Ministério da Economia (ME), que acompanhará a qualidade regulatória e concorrencial dos municípios brasileiros, configurando-se em um instrumento para atração de investimento externo e promoção de política pública do ME.



Qual a frequência de aplicação do ICM?

O ICM será aplicado anualmente, tendo sido dividido em *fases* anuais, iniciando-se em 2021 com municípios previamente selecionados, até atingir, na Fase 6, a totalidade dos 5.570 municípios brasileiros.



Quantos municípios deverão participar da 1ª Fase do ICM?

A 1ª Fase do ICM ocorrerá no ano de 2021, tendo sido selecionados todos os municípios com mais de 500 mil habitantes, as capitais das unidades federativas, que por ventura não tenham esse número de habitantes, e os municípios que auxiliaram a SEAE na Fase Piloto de estruturação do referido índice, totalizando 61 (sessenta e um) municípios.

Perguntas frequentes:



De que forma o município será comunicado sobre sua participação no ICM?

Será encaminhado Ofício a todos os Prefeitos de todos os Municípios que integram a Fase a ser trabalhada para que possam prover os dados e informações necessários à instrução dos índices, sob pena de multa, conforme poderes estabelecidos pelo inciso I, do § 1º, do artigo 19, da Lei nº 12.529 de 2011. Alguns itens serão requeridos especificamente de órgãos ou entidades públicas que detenham a posse deles.



A participação do município é obrigatória?

Sim.



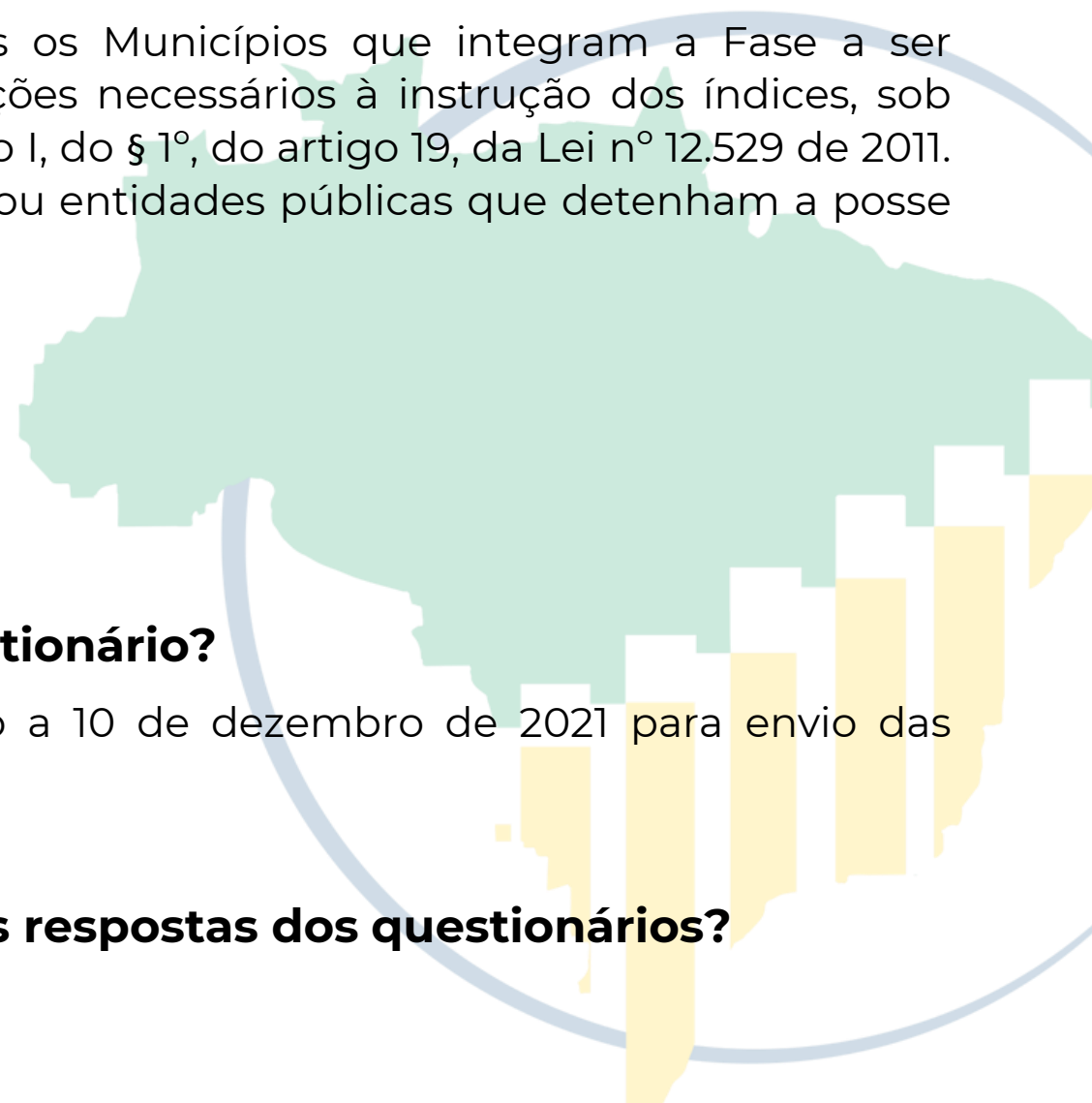
Qual o período para o envio das respostas ao questionário?

Para a 1ª Fase, foi definido o período de 08 de outubro a 10 de dezembro de 2021 para envio das respostas.



É possível a prorrogação de prazo para o envio das respostas dos questionários?

Não.



Perguntas frequentes:



Quantos eixos temáticos e capítulos compõem o ICM?

O ICM é composto por três eixos temáticos e nove capítulos, a saber: Eixo 1 – Acessando o Mercado Local – (i) Empreendendo no Município, (ii) Competitividade do Município, (iii) Qualidade da Regulação Urbanística e (iv) Construindo no Município; Eixo 2 – Competindo com Agentes já Estabelecidos – (v) Liberdade Econômica e (vi) Concorrência em Serviços Públicos; e Eixo 3 – Atuando sob um Ordenamento Íntegro e Justo – (vii) Segurança Jurídica, (viii) Contratando com o Poder Público e (ix) Tributação.



Cada questionário relativo a um eixo temático poderá ser respondido e finalizado individualmente?

Sim. Para agilizar a coleta, cada um dos nove questionários é tratado separadamente. Cada questionário é acessível através de um endereço eletrônico individual (*link*), disponível para acesso no Portal GOV.BR, juntamente com um código de acesso. Assim, é possível distribuir a tarefa entre diversas pessoas da prefeitura municipal, pois cada questionário é preenchido e concluído individualmente.



Onde obtenho o código (chave de acesso) para responder os questionários?

O código (chave de acesso) é individual para cada município e consta na mensagem enviada através do *e-mail* institucional informado por cada município em resposta ao Ofício enviado pela SEAE. É possível solicitar o reenvio do código, caso necessário, também através do e-mail icm@economia.gov.br.

Perguntas frequentes:



Haverá capacitação dos servidores municipais para preenchimento do questionário?

Não, pois se trata de informações já à disposição da Prefeitura Municipal nas respectivas áreas, não demandando treinamento específico para capacitar servidores municipais para sua obtenção. Porém, qualquer dúvida poderá ser sanada através do e-mail icm@economia.gov.br.



Podem ser consideradas nas respostas as questões que envolvem "ações públicas executadas" em período diverso ao ano de 2021?

O questionário do ICM é uma "fotografia" da Administração Pública Municipal, com dados relativos ao exercício de 2021. Ações executadas em exercícios anteriores, cujos resultados não perpetuem para o ano de 2021 devem ser desconsideradas.



Todas as questões são tratadas da mesma forma para todos os Municípios, grandes e pequenos?

O ICM foi concebido como uma ferramenta de acompanhamento dos resultados das ações e políticas públicas municipais relativa à concorrência. Tal avaliação independe do porte do Município. É certo, de toda forma, que a avaliação do resultado deverá levar em consideração as características específicas de cada município, sobretudo o tamanho da população, características da economia, localização geográfica, entre outros, no momento da análise das respostas aos quesitos e elaboração dos relatórios.

Perguntas frequentes:



Após o envio do questionário, receberei algum comprovante atestando a entrega?

Não. O sistema não emite um comprovante destas entregas, somente é enviado um e-mail ao Prefeito do Município (conforme cadastro no ICM), confirmando o envio do questionário.



Quando o resultado será publicado pela SEAE?

Os resultados da Fase 1 estão previamente estimados para Janeiro/2022.



Gostaria de citar os dados do ICM em um trabalho. Preciso solicitar autorização?

As informações produzidas e/ou elaboradas pela SEAE a partir da aplicação dos questionários do ICM são públicas e podem ser utilizadas livremente desde que seja citada a fonte. As informações publicadas na *internet*, ou geradas a partir delas, sejam tabelas ou gráficos, deverão conter a fonte originária dos dados e a fonte da consulta; além disso, a citação do endereço do sítio eletrônico e o dia da consulta. Exemplo: dados do ICM, extraídos da Base de Dados, no *site* da SEAE, devem aparecer na tabela desta forma:

Fonte: ICM - Extraído da Base de Dados da SEAE/ME.

1. A Secretaria de Advocacia da Concorrência
e Competitividade

2. O Índice de Concorrência dos Municípios

3. Fase 1

4. Perguntas Frequentes

▶ **5. Anexo**



ESTE DOCUMENTO FOI ELABORADO PELA SECRETARIA DE
ADVOCACIA DA CONCORRÊNCIA E COMPETITIVIDADE
(SEAE) DA SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE,
EMPREGO E COMPETITIVIDADE (SEPEC) DO
MINISTÉRIO DA ECONOMIA.

CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA
SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E
COMPETITIVIDADE

GEANLUCA LORENZON
SECRETÁRIO DE ADVOCACIA DA CONCORRÊNCIA E
COMPETITIVIDADE

WILLIAN MARCHESI
ASSESOR-CHEFE DE AMBIENTE DE NEGÓCIOS

VITOR VILLARINO
COORDENADOR-GERAL DE REGULAMENTAÇÃO
ECONÔMICA E POLÍTICA SETORIAL

PARA MAIS INFORMAÇÕES, FAVOR CONTATAR

+55 61 2027-8292 / 7717/7240
SEAE@ECONOMIA.GOV.BR
ICM@ECONOMIA.GOV.BR

SECRETARIA ESPECIAL DE
PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

